

política

RS tem superávit de R\$ 7,7 bilhões até agosto

Resultado indica que o Palácio Piratini deverá fechar o ano de 2026 com as contas no azul pelo sexto ano consecutivo



Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

De janeiro a agosto de 2026, as contas do governo do Rio Grande do Sul registraram superávit orçamentário de R\$ 7,7 bilhões, conforme o Relatório de Transparência Fiscal publicado pela Secretaria Estadual da Fa-

zenda (Sefaz).

O resultado indica que o Piratini deverá fechar este ano com as contas no azul, apesar de a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026 ter sugerido déficit de R\$ 3,79 bilhões.

Esta não seria a primeira vez em que a peça orçamentária aponta para contas no vermelho e ao final do exercício o resultado é superavitário. Nos últimos cinco anos as contas do Estado fecharam no positivo, apesar de as leis sobre o orçamento projetarem um resultado negativo.

O superávit de R\$ 7,7 bilhões em 2026 é superior em 14% ao resultado no mesmo período em 2025, que foi de R\$ 6,7 bilhões. Vale destacar, porém, que a tendência é de aumento das despesas no reta final do ano, com um resultado inferior ao destes primeiros oito meses no encerramento deste exercício. No ano passado, por exemplo, o resultado final foi de R\$ 2,66 bilhões de superávit.

A Sefaz destaca, porém, que o superávit é influenciado por fatores extraordinários que impac-

taram a execução orçamentária.

No relatório, são citados o ingresso de operações de crédito, o aumento das receitas patrimoniais e os efeitos financeiros associados à suspensão do pagamento da dívida com a União, em razão de medida federal adotada após a enchente histórica de 2024.

Um exemplo é o valor de R\$ 1,23 bilhão obtido com a cessação do direito de operacionalização da folha de pagamento, além do aumento de R\$ 532 milhões nos rendimentos de aplicações financeiras. Também contribuiu

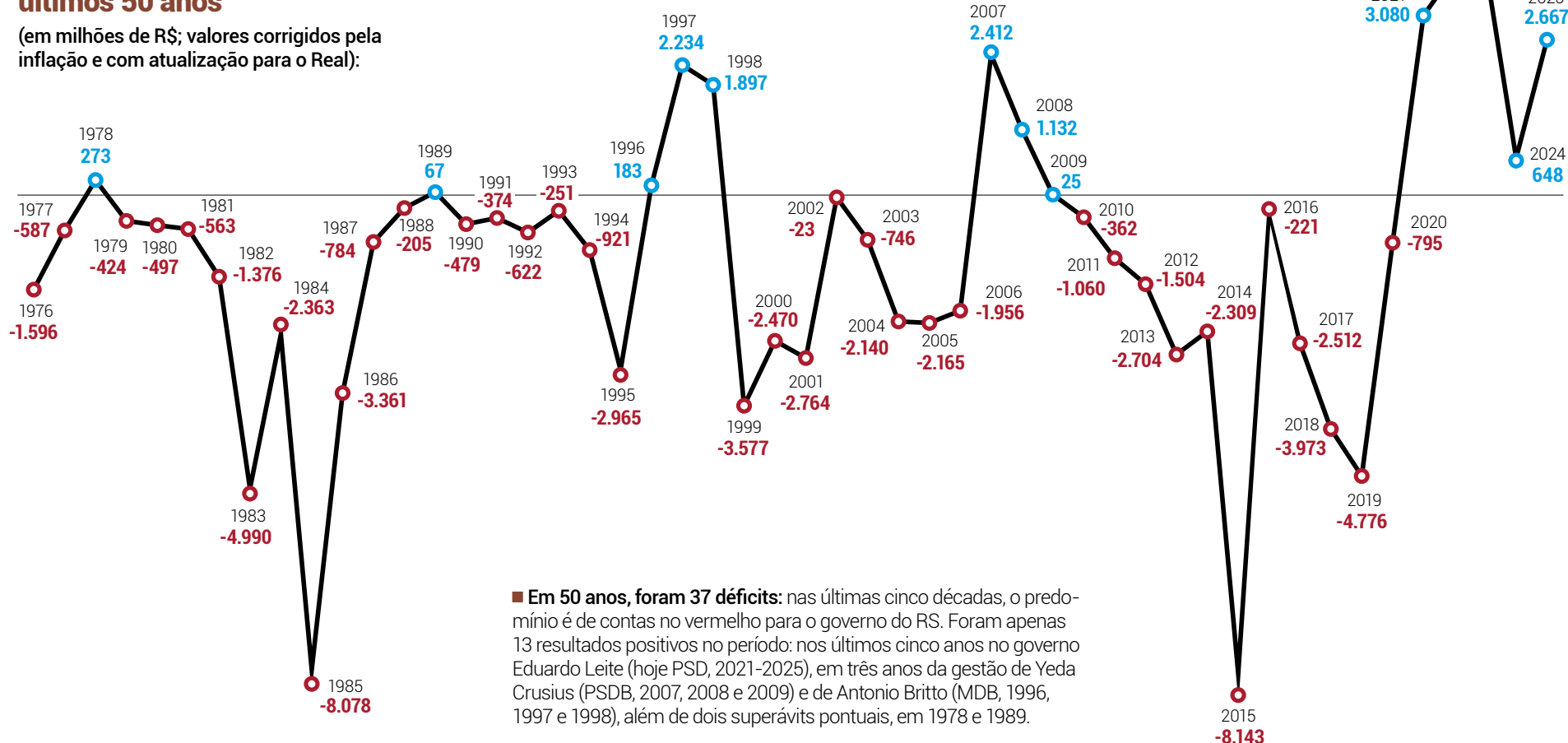
para o resultado a liberação de R\$ 1,9 bilhão da operação Pró-Resiliência, contratada junto ao Banco Mundial (Bird) para pagamento de precatórios.

Aliás, não foi só nos primeiros oito meses deste ano que receitas extraordinárias impactaram positivamente as contas do Estado.

Privatizações e operações de crédito contribuíram para os superávits registrados no Rio Grande do Sul nos últimos anos. Sem estas receitas, apenas em 2021 as contas fechariam no azul.

Resultados orçamentários dos governos gaúchos nos últimos 50 anos

(em milhões de R\$; valores corrigidos pela inflação e com atualização para o Real):



Deputado aliado de Zucco é confirmado relator da LDO 2027

O atual governo de Eduardo Leite (PSD) encaminhou à Assembleia Legislativa uma proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2027 que prevê déficits orçamentário de R\$ 4 bilhões e primário de R\$ 4,8 bilhões. Porém, após Luciano Zucco (PL) ser eleito em primeiro turno para governar o Estado entre o ano que vem e 2030, Leite passou a relatoria da lei orçamentária para um deputado da base aliada do governador eleito, e o escolhido foi Claudio Branchieri (PL).

Ao longo da campanha elei-

toral, Zucco foi crítico ao déficit projetado. Agora, com a nova relatoria - anteriormente, estava sob responsabilidade de Frederico Antunes (PSD) -, Branchieri acredita ser possível reduzir o resultado negativo previsto para o ano que vem.

“O governador Eduardo Leite propôs durante sete anos praticamente déficits orçamentários nas LOAs, e entregou superávits na maioria dos anos. Ou seja, sim, há como reduzir essa questão”, avalia o novo relator, que apontou para as inconsistências entre as

peças orçamentárias e os resultados no azul nos últimos anos.

“Precisamos encontrar as razões para o qual às vezes o orçamento enviado pelo Piratini é um pouquinho descolado da realidade. Ou seja, às vezes eles projetam uma receita corrente líquida menor que a do ano anterior, as despesas menores que as despesas do ano anterior, e a gente precisa porque eventualmente isso está ocorrendo para corrigir essas falhas. O objetivo vai ser sempre fazer com que o orçamento público chegue o mais próximo possível da realidade”, afirmou Branchieri.

de”, afirmou Branchieri.

O novo relator já definiu um cronograma de tramitação da lei orçamentária de 2027 na Assembleia Legislativa. Até a próxima quarta-feira, os parlamentares e as bancadas podem protocolar emendas ao texto. Após, serão analisadas todas as emendas e, em 9 de novembro, está prevista a entrega do relatório. Dez dias depois, em 19 de novembro, deverá ser votado o relatório na Comissão de Finanças, para que a proposta chegue ao plenário em 24 de novembro.

Petista será relator da PEC da Data-base

O líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa, deputado Miguel Rossetto (PT), foi confirmado nesta quinta-feira como relator da PEC 305/2026, a chamada PEC da Data-base, na Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa. A proposta fixa 1º de março como data-limite anual para a revisão geral da remuneração dos servidores públicos estaduais, incluindo civis, militares, aposentados e pensionistas.